

PREFEITURA DE IBIRUBÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

Torno público abertura do **Processo Licitatório nº 489/2025**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025**, para o Registro de preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada para implantação, execução, manutenção e acompanhamento de programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado à promoção da sustentabilidade, da conscientização ambiental e da prática da reciclagem nas instituições de ensino da rede pública municipal – Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto. **Início das Propostas: 14:00h do dia 12/12/2025 até às 07:59h do dia 30/12/2025. Início da sessão Pública: às 08hs do dia 30/12/2025**, todos via portal www.bll.org.br, no horário de Brasília – DF. Os interessados deverão acessar os endereços eletrônicos: www.bll.org.br / www.Ibirubá.rs.gov.br / Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - www.gov.br/pncp/pt-br e baixar de forma gratuita o edital e seus anexos.

Ibirubá - RS, 12 de dezembro de 2025.

VANIA TERESINHA RODRIGUES LÖSER

Agente de contratação / Pregoeira



APONTE A CÂMERA DO
SEU CELULAR PARA O QR CODE
E ACESSSE NOSSOS CONTEÚDOS OFICIAIS

Assinado por 1 pessoa(s): Vania Teresinha Rodrigues Löser (***.673.380-**) 

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº
59/2025**

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS

OBJETO
Registro de preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada para implantação, execução, manutenção e acompanhamento de programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado à promoção da sustentabilidade, da conscientização ambiental e da prática da reciclagem nas instituições de ensino da rede pública municipal – Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 834.179,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 30/12/2025 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
aberto

EXCLUSIVO / PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



Assinado por 1 pessoa(s): Vania Teresinha Rodrigues Löser (***.673.380-**) 

Sumário

| | | |
|-----|--|----|
| 1. | DO OBJETO | 4 |
| 2. | DO REGISTRO DE PREÇOS | 4 |
| 3. | DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 4 |
| 4. | DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 6 |
| 6. | DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..... | 6 |
| 7. | DA FASE DE JULGAMENTO | 9 |
| 8. | DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 10 |
| 9. | DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... | 12 |
| 10. | DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 12 |
| 11. | DOS RECURSOS | 12 |
| 12. | DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 13 |
| 13. | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 14 |
| 14. | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 14 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025
(Processo Administrativo nº 489/2025)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Ibirubá/RS, por meio do Setor de Licitações, sediado na Rua Tiradentes, nº 700, Centro, no município de Ibirubá/RS, CEP 98.200-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada para implantação, execução, manutenção e acompanhamento de programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado à promoção da sustentabilidade, da conscientização ambiental e da prática da reciclagem nas instituições de ensino da rede pública municipal – Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto.

1.2. Os atendimentos presenciais ou por telefone serão realizados dentro do horário de expediente da Prefeitura de Ibirubá.

1.3. É de responsabilidade da empresa interessada a consulta ao Diário Oficial Municipal, através dos sites www.diariomunicipal.com.br/famurs ou www.Ibirubá.rs.gov.br ou www.bll.org.br para a verificação da publicação de eventuais alterações feitas no edital até a data da abertura da licitação.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados ao Sistema eletrônico, no site www.bll.org.br.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: <https://bll.org.br> ou solicitadas por meio do seguinte endereço de email: contato@bll.org.br, ou ainda pelo telefone (41) 3097-4600. Dúvidas quanto ao sistema devem ser tratadas diretamente e exclusivamente com o suporte do BLL que é a proprietária da plataforma de compras.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. É de responsabilidade exclusiva dos fornecedores participantes o acompanhamento da sessão no sistema do BLL, em hipótese alguma os fornecedores serão avisados de forma individual sobre as atualizações e fases do processo.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aqueles que não atendam às condições previstas neste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por



cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.11 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8 O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.10 A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1 e 8.7.1 deste Edital.

4.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.6.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.6.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



- 4.7.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.7.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo conforme termo de referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentarem as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.20.2.2. empresas brasileiras;
- 6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



- 6.21.5. É facultado ao pregoeiro definir o prazo para envio da proposta readequada.
6.21.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

7.2. Sistema de Certidões da Controladoria-Geral da União: <https://certidoes.cgu.gov.br/>: Serviço automatizado para emitir ou validar certidões negativas referentes a punições vigentes contidas no sistema CGU-PAD (no caso de servidores e empregados públicos federais do Poder Executivo Federal) e nos Sistemas, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM (no caso de pessoas jurídicas e pessoas físicas).

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.8.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

7.8.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1. Contiver vícios insanáveis;

7.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.10.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



7.11.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.11.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.13.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#). Obs: devido aos parâmetros do sistema do BLL os documentos de habilitação poderão ser anexados na plataforma até a data e horário limite da presente licitação na aba documentos exigidos, facilitando e dando agilidade na análise da mesma. Também poderão ser anexados posterior a fase de lances na aba documentos complementares, sendo facultado ao agente de contratação definir o prazo para envio da habilitação.



8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia através do sistema www.bll.org.br. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos de habilitação originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital até a data e horário limite da presente licitação.

8.7.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.8. A verificação da habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.8.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64\)](#)

8.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.7.1.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos e deverá exclusivamente ser realizada de forma eletrônica, pelo seguinte meio: www.bll.org.br, na aba correspondente.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.Ibirubá.rs.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação,

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.



12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão exclusivamente ser realizados de forma eletrônica, pelo seguinte meio: www.bll.org.br, na aba correspondente.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/ DF.



14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.Ibirubá.rs.gov.br. **Solicitação de cópias de qualquer documento referente a esse edital, devem ser realizadas através do protocolo eletrônico através do site: <https://Ibirubá.aprova.com.br/home>.**

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

14.11.1. ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial.

14.11.2. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Ibirubá, 12 de dezembro de 2025.

VANIA TERESINHA RODRIGUES LÖSER

Agente de contratação / Pregoeira



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto do presente feito é o Registro de preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada para implantação, execução, manutenção e acompanhamento de programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado à promoção da sustentabilidade, da conscientização ambiental e da prática da reciclagem nas instituições de ensino da rede pública municipal, conforme as seguintes especificações e condições:

1. O programa deverá contemplar, de forma integrada e continuada:

a) Instalação de equipamentos e ecopontos inteligentes (máquinas de coleta seletiva automatizada) nas unidades escolares, destinados ao armazenamento temporário de resíduos sólidos recicláveis, com tecnologia de leitura e pontuação dos materiais inseridos;

b) Sistema informatizado de gestão, contendo:

Software de contagem automático dos resíduos inseridos nas máquinas;

Aplicativo de celular interligado ao sistema principal, de acesso gratuito às escolas, alunos e famílias;

Cadastro e identificação de usuários (alunos) por meio de código, cartão, QR Code ou outro identificador digital seguro;

Painel administrativo com relatórios em tempo real sobre volume reciclado, pontuação dos usuários, e desempenho das escolas;

c) Proposta pedagógica, com:

Documento contendo o referencial teórico alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Propostas de projetos ambientais escolares voltados à sustentabilidade e reciclagem;

Cartilha, livretos ou outro material impresso para distribuição aos alunos e professores;

Acompanhamento e assessoria pedagógica online e presencial às escolas e docentes;

d) Capacitação e treinamento presencial e virtual para professores e equipes pedagógicas, com emissão de certificado de participação;

e) Ações presenciais de engajamento nas escolas (palestras, oficinas, gincanas ou feiras ambientais) voltadas à conscientização e à prática da reciclagem;

f) Sistema de gamificação ambiental, no qual cada material reciclável inserido nos ecopontos gere pontuação ao aluno e à escola, sendo:

Pontos acumuláveis no aplicativo;

Disponibilização de catálogo de brindes sustentáveis para resgate via plataforma;

Monitoramento do desempenho ambiental e premiação das escolas mais engajadas;

g) Cadeia completa da reciclagem, com recolhimento periódico dos materiais inseridos nas máquinas pela empresa contratada, garantindo:

Logística reversa certificada;

Destinação ambientalmente adequada dos recicláveis;

Reversão do valor arrecadado à CPM/APM das escolas participantes, mediante comprovação, para aplicação em melhorias educacionais e estruturais;

h) Entrega de kits escolares sustentáveis confeccionados com fio de PET reciclado, destinados aos alunos participantes do programa, compostos por: 01 camiseta manga curta; 01 camiseta manga longa; 01 jaqueta; 01 calça; 01 bermuda e 01 par de tênis. No ponto, as características dos kits escolares constam no Anexo ao Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação, a ser realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), tem por finalidade a implantação de um programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado aos alunos da rede pública municipal de ensino. A iniciativa alinha-se às políticas públicas municipais direcionadas ao desenvolvimento



sustentável, à promoção da educação ambiental nas escolas e à adoção de práticas responsáveis de destinação de resíduos sólidos.

A contratação se justifica pela necessidade de ampliar e qualificar as ações pedagógicas relacionadas à sustentabilidade, integrando conteúdos teóricos e atividades práticas que permitam aos estudantes compreender o ciclo dos materiais, a importância da reciclagem e o impacto positivo de suas ações no meio ambiente. Além do aspecto educativo, o programa agrega valor social ao estabelecer um sistema de recolhimento de resíduos recicláveis, possibilitando sua correta destinação e reinserção na cadeia produtiva.

O objeto apresenta relevância pública, uma vez que contribui diretamente para:

- Formação cidadã e ambiental dos estudantes, em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010);
- Redução do descarte inadequado de resíduos em ambientes escolares e na comunidade, criando uma cultura de separação e reaproveitamento do lixo reciclável;
- Fomento à logística reversa e ao desenvolvimento sustentável, em conformidade com princípios estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Integração escola–comunidade–setor produtivo, com benefícios diretos à gestão municipal de resíduos;
- Geração de resultados sociais adicionais, como a conversão de resíduos em benefícios aos alunos, incluindo a possibilidade de fornecimento de uniformes ou outros itens pedagógicos produzidos a partir de materiais reciclados, reforçando a economia circular no âmbito municipal.

A adoção do Sistema de Registro de Preços é adequada, considerando a natureza contínua e sazonal da demanda, a necessidade de flexibilidade na execução, a estimativa de atendimento a múltiplas unidades escolares e a conveniência de contratações parceladas conforme necessidades específicas de cada unidade administrativa, garantindo melhor gestão orçamentária e operacional.

A solução não pode ser atendida com meios próprios, seja pela ausência de estrutura municipal especializada, seja pela necessidade de expertise técnica e logística inerente à execução do programa, incluindo: ações pedagógicas; recolhimento, triagem e destinação ambientalmente adequada dos resíduos; fornecimento de materiais educativos; e produção e entrega de uniformes escolares provenientes da cadeia de reciclagem. Assim, a contratação é indispensável para o adequado atendimento das metas e políticas de educação ambiental do município.

Diante desse contexto, verifica-se que a contratação é pertinente, necessária e oportuna, atendendo ao interesse público, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação, para o fortalecimento da consciência ambiental e para o cumprimento das diretrizes municipais voltadas à gestão sustentável dos resíduos sólidos.

3. REQUISITOS DO OBJETO:

A execução do programa educacional deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos, visando assegurar a adequada prestação do serviço, a qualidade pedagógica do conteúdo ofertado e o atendimento às necessidades da Rede Municipal de Ensino:

O objeto do presente feito é a contratação de empresa especializada para implantação, execução, manutenção e acompanhamento de programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado à promoção da sustentabilidade, da conscientização ambiental e da prática da reciclagem nas instituições de ensino da rede pública municipal, conforme as seguintes especificações e condições:

O programa deverá contemplar, de forma integrada e continuada:

a) Instalação de equipamentos e ecopontos inteligentes (máquinas de coleta seletiva automatizada) nas unidades escolares, destinados ao armazenamento temporário de resíduos sólidos recicláveis, com tecnologia de leitura e pontuação dos materiais inseridos;

b) Sistema informatizado de gestão, contendo:

Software de contagem automático dos resíduos inseridos nas máquinas;

Aplicativo de celular interligado ao sistema principal, de acesso gratuito às escolas, alunos e famílias;

Cadastro e identificação de usuários (alunos) por meio de código, cartão, QR Code ou outro identificador digital seguro;

Painel administrativo com relatórios em tempo real sobre volume reciclado, pontuação dos usuários, e desempenho das escolas;

c) Proposta pedagógica, com:

Documento contendo o referencial teórico alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Propostas de projetos ambientais escolares voltados à sustentabilidade e reciclagem;

Cartilha, livretos ou outro material impresso para distribuição aos alunos e professores;

Acompanhamento e assessoria pedagógica online e presencial às escolas e docentes;



- d) Capacitação e treinamento presencial e virtual para professores e equipes pedagógicas, com emissão de certificado de participação;
- e) Ações presenciais de engajamento nas escolas (palestras, oficinas, gincanas ou feiras ambientais) voltadas à conscientização e à prática da reciclagem;
- f) Sistema de gamificação ambiental, no qual cada material reciclável inserido nos ecopontos gere pontuação ao aluno e à escola, sendo:
- Pontos acumuláveis no aplicativo;
 - Disponibilização de catálogo de brindes sustentáveis para resgate via plataforma;
 - Monitoramento do desempenho ambiental e premiação das escolas mais engajadas;
- g) Cadeia completa da reciclagem, com recolhimento periódico dos materiais inseridos nas máquinas pela empresa contratada, garantindo:
- Logística reversa certificada;
 - Destinação ambientalmente adequada dos recicláveis;
 - Reversão do valor arrecadado à CPM/APM das escolas participantes, mediante comprovação, para aplicação em melhorias educacionais e estruturais;
- h) Entrega de kits escolares sustentáveis confeccionados com fio de PET reciclado, destinados aos alunos participantes do programa, compostos por: 01 camiseta manga curta; 01 camiseta manga longa; 01 jaqueta; 01 calça; 01 bermuda e 01 par de tênis. No ponto, as características dos kits escolares constam no Anexo ao Termo de Referência.

1. Qualidade Pedagógica e Conformidade com as Diretrizes Educacionais

- 1.1. O conteúdo do programa educacional deverá estar alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades de ensino e às diretrizes curriculares definidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto.
- 1.2. A contratada deverá apresentar metodologia clara, atualizada e fundamentada em princípios pedagógicos reconhecidos, garantindo a coerência entre objetivos, conteúdos, estratégias didáticas e avaliação de resultados.
- 1.3. Todo o material e as atividades propostas deverão promover a aprendizagem significativa, inclusão e participação dos estudantes, assegurando acessibilidade e linguagem adequada às faixas etárias atendidas.

2. Equipe Técnica e Especialização

- 2.1. A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, composta por profissionais com formação compatível com as atividades do programa e experiência comprovada no desenvolvimento de materiais e ações pedagógicas.
- 2.2. Os instrutores, formadores ou facilitadores deverão possuir, no mínimo, formação na área de Educação ou área correlata ao conteúdo do programa, bem como experiência prática em ambientes escolares.
- 2.3. Sempre que solicitado, deverá ser apresentada ficha técnica da equipe envolvida e respectivos currículos resumidos.

3. Execução das Atividades e Suporte Operacional

- 3.1. A contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários para a realização das atividades previstas, incluindo materiais, equipamentos, plataformas digitais, conteúdos digitais e demais itens essenciais.
- 3.2. É responsabilidade da contratada fornecer suporte técnico e pedagógico durante todo o período de execução do programa, garantindo o pleno funcionamento dos recursos disponibilizados.
- 3.3. Em caso de utilização de plataforma digital, a contratada deverá assegurar ambiente estável, seguro, acessível, com interface amigável e disponibilidade mínima de 99% durante o período letivo.
- 3.4. A contratada deverá garantir atendimento remoto e/ou presencial aos gestores e professores para resolução de problemas operacionais ou dúvidas pedagógicas.

4. Entrega de Materiais Didáticos e Recursos Educacionais

- 4.1. Todos os materiais didáticos, físicos ou digitais, deverão ser entregues conforme cronograma aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, em quantidade suficiente para atender estudantes, professores e gestores envolvidos no programa.
- 4.2. Os materiais impressos deverão ser produzidos com qualidade gráfica adequada, com durabilidade compatível com o tipo de uso e com informações atualizadas.
- 4.3. Os materiais digitais deverão ser disponibilizados em formatos acessíveis, permitindo visualização em diferentes dispositivos e com compatibilidade multiplataforma.
- 4.4. A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer materiais entregues com defeito, erro de impressão, inconsistência de conteúdo ou que não atendam às especificações pactuadas.



5. Capacitação de Professores e Equipe Escolar

5.1. A contratada deverá realizar capacitações técnicas e pedagógicas para os professores e demais profissionais envolvidos na execução do programa, de forma presencial ou remota, conforme definir a Secretaria Municipal de Educação.

5.2. A formação deverá incluir orientações sobre uso dos materiais, fundamentos do conteúdo, metodologias aplicáveis, uso de plataforma (se houver) e estratégias de acompanhamento da aprendizagem.

5.3. As capacitações deverão ser devidamente registradas, com emissão de certificados e relatórios de participação.

6. Monitoramento, Avaliação e Relatórios

6.1. A contratada deverá fornecer instrumentos de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do programa, podendo incluir relatórios periódicos, indicadores de desempenho, registros de participação e análises comparativas.

6.2. Os relatórios deverão ser entregues dentro dos prazos estabelecidos pela Administração e conter informações objetivas, claras e mensuráveis sobre a execução e os resultados obtidos.

6.3. A contratada deverá participar de reuniões técnicas de acompanhamento sempre que convocada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto.

7. Sigilo, Proteção de Dados e Conformidade Legal

7.1. Caso o programa envolva tratamento de dados pessoais, a contratada deverá obedecer integralmente à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo segurança, confidencialidade e integridade das informações coletadas.

7.2. É vedada a utilização de dados dos estudantes, professores ou da rede municipal para qualquer finalidade que não esteja diretamente relacionada com a execução do objeto contratado.

7.3. A contratada deverá assegurar que eventuais plataformas ou sistemas utilizados estejam adequados às normas de acessibilidade digital, observando o Decreto nº 5.296/2004 e demais marcos legais aplicáveis.

8. Obrigações Gerais da Contratada

8.1. Cumprir integralmente o cronograma de execução aprovado.

8.2. Respeitar o calendário escolar e ajustar eventuais imprevistos em conjunto com a Administração, sem prejuízo das atividades previstas.

8.3. Manter comunicação permanente com os responsáveis da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto.

8.4. Não substituir materiais, metodologia ou equipe técnica sem prévia anuência da Administração.

8.5. Assegurar que todo o conteúdo esteja livre de direitos autorais ou com licenças devidamente regularizadas.

4. SUBCONTRATAÇÃO

Dada a natureza do objeto contratado – a execução de programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, composto por atividades pedagógicas, ações de sensibilização, fornecimento de materiais didáticos, execução de processos de logística de recolhimento e destinação de resíduos, bem como produção e entrega de uniformes escolares oriundos da cadeia de reciclagem – não se admite a subcontratação total ou parcial do objeto.

A vedação fundamenta-se em razões pedagógicas, operacionais e de controle, considerando que:

- O programa possui caráter especializado e integrado, cuja execução demanda metodologia própria, equipe técnica qualificada, estrutura logística e domínio sobre processos específicos de educação ambiental e reciclagem. A fragmentação dessas etapas poderia comprometer a coerência metodológica e a padronização das atividades nas escolas.

- A execução exige responsabilidade direta da contratada, sobretudo na condução de atividades educativas, no acompanhamento contínuo da cadeia de reciclagem e na entrega de resultados mensuráveis. A transferência dessas obrigações a terceiros dificultaria o acompanhamento, reduziria a rastreabilidade das ações e fragilizaria o processo de fiscalização.

- Para assegurar a efetiva observância dos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e segurança na execução contratual, a administração necessita que todas as etapas sejam desempenhadas por uma única empresa qualificada, previamente avaliada no processo licitatório e responsável integral pelos resultados.

- A subcontratação implicaria riscos como:

- divergência de padrões de qualidade;
- ausência de alinhamento pedagógico;
- dificuldade no controle da destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- quebra de responsabilidade técnica;
- aumento de custos ou perda de economicidade.



A Lei nº 14.133/2021 prevê que a administração pública pode restringir ou proibir a subcontratação quando esta for incompatível com a natureza do objeto ou quando puder comprometer sua execução. No presente caso, o objeto é indivisível na sua dimensão técnica e metodológica, justificando plenamente a vedação.

Em razão desses fatores, estabelece-se que a empresa a ser contratada deverá executar integralmente o objeto, sendo vedada a subcontratação total ou parcial, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na legislação vigente e no edital.

5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Independentemente da eventual exigência de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato decorrente deste Termo de Referência é amparada por um conjunto de garantias legais inerentes aos contratos administrativos, que visam assegurar a continuidade, a qualidade e a regularidade do serviço prestado, bem como a proteção do interesse público.

As garantias inerentes compreendem, entre outras:

1. Garantia de Execução Fiel e Adequada do Objeto

A contratada obriga-se a executar o objeto exatamente como especificado, observando padrões de qualidade, prazos, métodos, equipes qualificadas e demais condições estabelecidas. A Administração poderá exigir correções, substituições e retrabalhos sempre que necessários ao atendimento dos requisitos técnicos.

2. Garantia de Responsabilidade Técnica e Profissional

A contratada é responsável pela capacidade técnica de sua equipe e pela adequada condução das atividades previstas, respondendo por eventuais falhas, vícios, omissões ou prejuízos decorrentes de sua atuação. Quando aplicável, deverá manter responsável técnico habilitado durante toda a vigência contratual.

3. Garantia de Continuidade do Serviço

Por se tratar de serviço de natureza educacional continuada, a contratada deve assegurar a regularidade e a permanência das atividades, abstendo-se de suspender ou interromper a execução sem autorização da Administração, nos termos do art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

4. Garantia de Compatibilidade com Normas Legais e Regulamentares

A contratada deve observar integralmente a legislação ambiental, educacional, trabalhista, previdenciária, sanitária e de segurança aplicável, garantindo que todas as etapas do programa – incluindo a coleta, triagem e destinação dos materiais recicláveis – atendam às normas vigentes.

5. Garantia de Integridade e de Conformidade

A contratada deve cumprir as regras de integridade, anticorrupção e prevenção a fraudes, mantendo condutas compatíveis com os princípios da administração pública e com as disposições contratuais. Irregularidades poderão ensejar sanções e rescisão.

6. Garantia de Responsabilidade por Danos

A contratada responde civil, administrativa e regressivamente por danos causados ao patrimônio público, a terceiros ou ao meio ambiente em decorrência de atos vinculados à execução contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7. Garantia de Manutenção das Condições de Habilitação

Durante toda a vigência do contrato – inclusive prorrogações – a contratada deve manter a regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e demais requisitos exigidos para a contratação.

8. Garantia Contra Vícios e Defeitos

A contratada deve assegurar que os serviços e eventuais materiais fornecidos estejam livres de vícios e defeitos, respondendo por correções, substituições e reparos decorrentes de inadequações constatadas, sem ônus para a Administração.

9. Garantia de Confidencialidade e Proteção de Dados

Deverá ser assegurada a proteção de dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo sigilo e tratamento adequado das informações obtidas no âmbito do programa educacional.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto deverá observar rigorosamente as especificações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato decorrente, garantindo a entrega integrada do Programa Educacional de Educação Ambiental com Cadeia de Reciclagem em todas as etapas pedagógicas, operacionais e logísticas previstas.



A contratada será responsável por implementar a solução de forma contínua, coordenada e padronizada, garantindo que o programa atenda ao conjunto de escolas da rede municipal, conforme solicitações emitidas pela Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos respectivos contratos.

A execução deverá ocorrer conforme as diretrizes a seguir:

1 - Planejamento e Mobilização Inicial

Antes do início das atividades nas unidades educacionais, a contratada deverá:

Realizar reunião de alinhamento técnico com a equipe gestora da Administração;

Apresentar plano de trabalho detalhado, cronograma de execução, metodologia educacional, fluxos operacionais de coleta e destinação dos resíduos, e identificação da equipe responsável;

Entregar materiais didáticos e informativos necessários ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

2 - Desenvolvimento das Atividades Educacionais

A contratada deverá aplicar as ações pedagógicas previstas no programa, envolvendo:

Oficinas, palestras, atividades interativas e práticas de educação ambiental;

Formação de alunos e professores sobre reciclagem, ciclo de vida dos materiais, separação correta de resíduos e impacto ambiental;

Ações de sensibilização comunitária quando aplicável;

Registro das atividades, com relatórios de participação, frequência e resultados.

As atividades devem seguir metodologia própria, previamente aprovada pela Administração, assegurando padronização em todas as escolas atendidas.

3 - Implantação e Operação da Cadeia de Reciclagem

A execução deverá abranger todas as etapas operacionais do ciclo de reciclagem previsto no programa, incluindo:

Fornecimento e instalação de coletores adequados para separação dos resíduos recicláveis;

Coleta periódica dos materiais recolhidos nas unidades escolares;

Triagem, classificação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, conforme legislação ambiental vigente;

Registro das quantidades coletadas e processadas, com rastreabilidade total.

4 - Conversão dos Resíduos em Benefícios para a Rede de Ensino

Quando previsto no programa, a contratada deverá promover a conversão dos resíduos recicláveis em bens de interesse educacional ou social, como uniformes escolares ou outros materiais, observando:

Processo produtivo sustentável;

Qualidade técnica e adequação dos produtos resultantes;

Entregas conforme cronograma e solicitações da Administração;

Certificação da origem dos materiais, garantindo transparência e regularidade da cadeia produtiva.

5 - Monitoramento, Acompanhamento e Relatórios

Durante toda a execução, a contratada deverá:

Emitir relatórios mensais contendo dados quantitativos e qualitativos, tais como: quantidade de resíduos coletados, atividades pedagógicas realizadas, adesão das escolas, indicadores socioambientais e eventuais problemas identificados;

Disponibilizar à Administração acesso aos registros e informações relacionados às etapas de coleta, destinação e produção dos materiais reciclados;

Manter comunicação constante com a fiscalização, atendendo prontamente solicitações, correções e orientações.

6 - Padrões de Qualidade e Auditoria

A contratada deve observar padrões mínimos de desempenho que assegurem:

Regularidade e continuidade das atividades;

Qualidade técnica das ações educacionais;

Conformidade ambiental da coleta, transporte e destinação dos resíduos;

Qualidade dos materiais e produtos entregues;

Atendimento às normas aplicáveis, inclusive LGPD quando envolver dados pessoais.

A Administração poderá realizar auditorias, visitas técnicas, verificações no local e solicitar documentos comprobatórios da execução.

7 - Interrupções, Ajustes e Responsabilidades



A contratada não poderá interromper a execução dos serviços sem autorização expressa da Administração, devendo garantir solução de contingência em casos de imprevistos. Qualquer alteração de metodologia, cronograma ou equipe deverá ser comunicada e aprovada.

Erros, falhas, vícios ou inadequações identificados na execução deverão ser corrigidos pela contratada sem ônus adicional para a Administração.

7. CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

As quantidades unitárias do Projeto contratado serão solicitadas de acordo com a necessidade, mediante solicitação formal da Secretaria requisitante, através de Nota de Empenho/Ordem de Compra;

Após a emissão da Ordem de Fornecimento do produto/serviço pela Secretaria, a contratada terá o prazo máximo de 15 dias úteis para disponibilizar o serviço ou bem solicitado nas escolas municipais indicadas pela SECTD;

A Contratada deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso do fornecimento dos materiais;

O recebimento do objeto se dará em duas etapas, sendo recebido o objeto da presente licitação, PROVISORIAMENTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para efeito de verificação da conformidade do serviço e materiais, com a especificação exigida;

Será recebido o objeto do presente contrato, DEFINITIVAMENTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para comprovação da qualidade e quantidade do serviço prestado.

Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os produtos ou serviços foram prestados de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a Contratada se obriga a refazer os serviços em desacordo ou substituir o material, após a notificação da Contratada, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada o defeito;

A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

Na hipótese da verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

A fiscalização por parte do Município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8 – GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133/21 e, subsidiariamente, a legislação pertinente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

As comunicações entre a Secretaria e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

A formalização da contratação ocorrerá por meio de contrato ou instrumento equivalente;

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto, através de servidores nomeados por portaria.;



A Fiscal do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

A Fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, a Fiscal emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção;

A Fiscal informará à Autoridade Superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

A Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamentos e/ou termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, a Fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Autoridade Superior para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

A Fiscal tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão formada para o devido fim, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la na execução do contrato;

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9 – DO PAGAMENTO

O pagamento referente aos produtos e/ou serviços fornecidos, será efetuado da seguinte forma: parcela única em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da Nota Fiscal de fornecimento dos produtos e/ou serviços solicitados conforme o pedido e empenho de valores, devidamente atestada pela Fiscal. Na oportunidade poderá ser verificada a regularidade fiscal da empresa;

Deverão ser entregues sempre que necessário, as Certidões atualizadas (válidas) relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de regularidade para com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, FGTS, Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Falência;

Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso a mesma se encontre em situação irregular perante o Fisco;

10 – DA DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

A empresa contratada deverá disponibilizar 1 eco ponto em cada estabelecimento de ensino da rede pública municipal, a saber:

Creche Ângela Maria Souza
Creche Gisla Kanitz Luft
Creche Nona Olga
Creche Pôr do Sol

EMEI Alice Fleck
EMEI Floresta
EMEI Planalto
EMEI Progresso
EMEI Professor Arthur Kanitz



EMEF Santa Teresinha
EMEF Floresta
EMEF Alfredo Brenner
EMEF Rincão Seco
EMEF José de Anchieta
EMEF Hermany

Além disso, no tocante aos demais itens a serem fornecidos, temos que a capacidade da rede municipal de ensino, projetada para o ano de 2026, é de 2001 alunos, consoante levantamento do Departamento Pedagógico acostado aos autos, o que demanda a implantação de solução contínua e ampliável, capaz de atender creches, EMEIs e EMEFs, garantindo padronização das ações e compatibilidade tecnológica entre unidades. Assim, levando em consideração uma margem de segurança de 10%, estimamos o quantitativo máximo em 2201 unidades, o que não deve ser considerado como uma obrigação de compra.

Diante disso, torna-se necessária a contratação, por meio de Pregão Eletrônico na modalidade Sistema de Registro de Preços, de empresa que ofereça solução completa e integrada buscada pelo Município de Ibirubá/RS.

Então, para suprir a necessidade da rede municipal de ensino, a SECTD, por meio do seu Departamento Educação, estimou a possibilidade de aquisição de 2.201 (duas mil, duzentas e uma) unidades do programa educacional em questão, sendo:

- 172 unidades, para os alunos das Creches Municipais;
- 768 unidades, para os alunos das EMEI; e
- 1261 unidades, para os alunos das EMEF.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com as orientações técnicas aplicáveis à pesquisa e formação do preço estimado no contexto das contratações públicas. Utilizou-se como referência os dados obtidos na pesquisa de mercado realizada neste Estudo Técnico Preliminar, fundamentada exclusivamente em contratações públicas recentes, válidas e de objeto idêntico ao pretendido, cujos documentos foram juntados aos autos.

Foram analisados três instrumentos contratuais firmados por entes públicos distintos, todos referentes ao fornecimento e implantação do Programa Educacional de Educação Ambiental com Cadeia de Reciclagem:

Município de Lagoa dos Três Cantos/RS – Contrato nº 41/2025, com valor unitário de R\$ 379,00 por aluno;

Município de Alto Alegre/RS – Termo de Adesão nº 002/2025 à Ata de Registro de Preços COMAJA, com valor unitário de R\$ 379,00 por aluno;

COMAJA – Ata de Registro de Preços/Inexigibilidade nº 001/2025 – preço registrado de R\$ 379,00 por aluno, para quantitativo total de 2.201 unidades.

A análise evidenciou uniformidade absoluta nos valores praticados, inexistindo divergências ou distorções que exijam descarte. Verificou-se que diferentes municípios e o consórcio intermunicipal adotam exatamente o mesmo valor unitário, o que demonstra estabilidade de mercado, coerência técnica e prática comercial consolidada.

Em observância ao Decreto Municipal nº 4.772/2023, especialmente ao art. 6º, e à boa prática administrativa, adotou-se como valor estimado unitário o menor preço obtido, o qual, neste caso, coincide com todos os preços coletados, sendo portanto:

Valor estimado unitário: R\$ 379,00 (trezentos e setenta e nove reais).

Por tratar-se de Sistema de Registro de Preços (SRP), o valor estimado não vincula aquisição imediata e serve apenas como parâmetro para julgamento das propostas, planejamento da contratação e avaliação da vantajosidade.

Para fins de estimativa global, considerando-se o quantitativo máximo previsto na ata de registro de preços do COMAJA, tem-se:

$$2.201 \text{ unidades} \times \text{R\$ } 379,00 = \text{R\$ } 834.179,00$$

Esse valor representa o limite máximo potencial de contratações durante a vigência da ata.

Para fins de projeção da necessidade atual do Município, tomando-se por base o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino (1.937 alunos), estima-se que o investimento efetivo poderá variar entre:

$$\text{R\$ } 734.123,00 (1.937 \times 379,00) \text{ e}$$

$$\text{R\$ } 834.179,00, \text{ caso venha a ser necessário contratar o quantitativo máximo previsto na ata.}$$

Desse modo, a estimativa do valor da contratação encontra-se tecnicamente fundamentada, juridicamente adequada e compatível com a realidade de mercado, atendendo plenamente aos requisitos da Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Municipal nº 4.772/2023 e às boas práticas de planejamento em contratações públicas.

Então, o valor estimado total será calculado multiplicando-se o valor unitário de R\$ 379,00 pelas quantidades máximas previstas na futura ata de registro de preços, ou seja, $2.201 \times \text{R\$ } 379,00 = \text{R\$ } 834.179,00$.



Assim:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO | VALOR TOTAL |
|------|--|-------------------|--------|-----------------------|----------------|
| 01 | Registro de preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada para implantação, execução, manutenção e acompanhamento de <u>programa educacional</u> de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado à promoção da sustentabilidade, da conscientização ambiental e da prática da reciclagem nas instituições de ensino da rede pública municipal – Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto. | unidade | 2.201 | R\$ 379,00 | R\$ 834.179,00 |

11 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação Jurídica:

Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Regularidade Fiscal:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Certidão Unificada Negativa ou Certidão Unificada Positiva com efeito negativo de Tributos Federais e Previdenciários, conforme Portaria 358 de 5 de setembro de 2014;

Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, do Município domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, expedida pela Justiça do Trabalho;

Alvará de Licença Municipal ou Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, com atividade compatível com o objeto da aquisição/contratação;

Qualificação Econômico-Financeira:

Certidão Negativa de falência ou concordatas, passadas pelos distribuidores judiciais da sede da empresa, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa jurídica ou emitida pela internet, válida.

DECLARAÇÕES: (podendo unificar todas as necessárias em declaração conjunta):

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição



Assinado por 1 pessoa(s): Vania Teresinha Rodrigues Löser (***.673.380-**) 

Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e concorda com os termos deste Edital e seus Anexos;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e) O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar ainda que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

g) O fornecedor deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros;

h) Declaração de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, conforme Lei Federal 14.133/2021, assinada pelo representante legal do fornecedor;

i) A fornecedora deverá apresentar declaração, em papel timbrado, de que os produtos oferecidos estão dentro dos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos oficiais de fiscalização e que indenizará o Município de Ibirubá-RS por quaisquer danos causados;

j) Declaração de cumprimento do prazo de entrega definido no termo de referência, bem como que os bens e/ou serviços atendem de forma integral as especificações descritas no termo de referência.

k) Declaramos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, taxas, entrega e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

Qualificação técnica:

A contratada deverá fornecer uma amostra do material que será destinado aos alunos.

“ h) Entrega de kits escolares sustentáveis confeccionados com fio de PET reciclado, destinados aos alunos participantes do programa, compostos por: 01 camiseta manga curta; 01 camiseta manga longa; 01 jaqueta; 01 calça; 01 bermuda e 01 par de tênis. No ponto, as características dos kits escolares constam no Anexo ao Termo de Referência.”

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, mediante dotação:

Atividades 2052, 2053, 2056.

Rubrica: 339039.00000000

13 - RESPONSABILIDADE POR DANOS

A CONTRATADA assume integral responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos a terceiros ocasionados por conduta considerada inadequada ou indevida na prestação dos serviços contratados, arcando com eventuais valores de indenização ou condenações judiciais derivadas dessas condutas.

Ibirubá/RS, 12 de dezembro de 2025.

Elaborado por: Eduardo Henrique Krammes,
Assessor Técnico / Administrativo / Pedagógico

De acordo:

Viviane Kanitz Gentil,

Secretária de Educação, Cultura, Turismo e Desporto



ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA

Calça Masculina:
Serigrafia: Brasão (colorido)
Malha colegial lisa PET azul marinho,
1 faixa na lateral 2,0 cm: vermelha, com bolso e elástico com cordão na cintura.



APONTE A CÂMERA DO
SEU CELULAR PARA O QR CODE
E ACESSSE NOSSOS CONTATOS OFICIAIS

Blusão:

Serigrafia: Brasão (colorido)

**Malha colegial flanelada PET azul marinho,
1 faixa na lateral 2,0 cm: vermelha, com bolso canguru;
Punhos e nós em ribana colegial.**



APONTE A CÂMERA DO
SEU CELULAR PARA O QR CODE
E ACESSSE NOSSOS CONTATOS OFICIAIS

Assinado por 1 pessoa(s): Vania Teresinha Rodrigues Löser (***.673.380-**) 

Bermuda Masculina:
Serigrafia: Brasão (colorido)
Malha Ponto Roma PET azul marinho, 1 faixa na lateral 2,0 cm: vermelha, SEM bolso e com elástico com cordão na cintura.



Legging feminina:
Serigrafia: Brasão (colorido)
Malha Suplex lisa Az. Marinho, SEM listras;



Bermuda CICLISTA:
Serigrafia: Brasão (colorido)
Malha Suplex azul marinho, SEM listras.



APONTE A CÂMERA DO
SEU CELULAR PARA O QR CODE
E ACESSSE NOSSOS CONTATOS OFICIAIS

Camiseta Manga Curta e longa:
Serigrafia: Brasão (colorido)
Malha PA PET azul marinho.
Gola em V personalizada;
Manga curta com barra e manga longa com punho.





TÊNIS:

Tênis modelo Velcro do 18 ao 28 em lona PET;
Tênis modelo Cadarço do 29 ao 45 em lona PET;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025

**ANEXO II
PROPOSTA FINANCEIRA**

| | | |
|---|----------------------------|-------------|
| Fornecedor: | | |
| Endereço: | | |
| Cidade: | Estado: | CEP: |
| CNPJ: | Inscrição Estadual: | |
| Banco: | Agência: | |
| C.C: | | |
| Contato telefônico: | Email: | |
| Identificação representante legal: | | |
| RG: | CPF: | |

Registro de preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada para implantação, execução, manutenção e acompanhamento de programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado à promoção da sustentabilidade, da conscientização ambiental e da prática da reciclagem nas instituições de ensino da rede pública municipal – Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto.

| ITEM / LOTE | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | MARCA | QUANT. | R\$ unitário | R\$ total |
|-------------------|---------------|---------|-------|--------|-----------------|-----------|
| | | | | | | |
| ... | ... | ... | | ... | | |

Obs: Preencher a proposta de acordo com os itens e/ou lotes cotados pelo licitante, conforme especificações do termo de referência.

Validade da proposta: (mínimo 60 dias): _____

Data: _____ / _____ de 2025.

Assinatura e Identificação do Proponente Legal



ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ-RS, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Tiradentes, n.º 700, inscrito no CNPJ sob n.º 87.564.381/0001-10, neste ato representado pela Prefeita, Sra. **JAQUELINE BRIGNONI WINSCH**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, CPF sob n.º xxx.xxx.xxx-xx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS do processo administrativo n.º 489/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 4.773, de 19 de setembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada para implantação, execução, manutenção e acompanhamento de programa educacional de educação ambiental com cadeia de reciclagem, voltado à promoção da sustentabilidade, da conscientização ambiental e da prática da reciclagem nas instituições de ensino da rede pública municipal – Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação n.º 59/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. A fiscalização da execução do objeto e o cumprimento das obrigações pelo contratado, será realizada através de servidores nomeados por portaria.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, representantes, endereço, contatos atualizados– e-mail, telefone) | | | | | | | |
|------------|--|---------------------------------|----------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo à esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá ser admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, seguindo a legislação e regulamento.



4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados da data do documento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de notas de empenho de despesas, autorizações de compras ou outros instrumentos hábeis, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.1.4 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. **As solicitações devem ser protocoladas exclusivamente no protocolo eletrônico: <https://ibiruba.aprova.com.br/home>, na aba correspondente.**

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.1.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.1.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.1.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.1.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.1.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.1.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto nº 4.773, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



7.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 28, § 2º, do Decreto nº 4.773, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 27, § 3º e 28, § 4º, ambos do Decreto nº 4.773, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, mediante a seguinte dotação:

Atividades 2052, 2053, 2056.

Rubrica: 339039.00000000



11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>) | | | | | | | |
|------------|--|---------------------------------|----------------------------------|---------|----------------------|----------------------|----------|----------------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>) | | | | | | | |
|------------|--|---------------------------------|----------------------------------|---------|----------------------|----------------------|----------|----------------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |



ASSINATURA ELETRÔNICA

Complemento de assinaturas presentes no documento

Código para verificação: 693b-11b5-78ea-7bf4-4be9-1e41

Assinado por **Vania Teresinha Rodrigues Löser** em 11/12/2025 às 15:47:20
Identificador Único: **Gu9Vm9CVTgkhz62WEiy3PN**

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://ibiruba.aprova.com.br/consulta?documentAuthenticatorCode=693b-11b5-78ea-7bf4-4be9-1e41>
